

COMENTÁRIO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO EM ANÁLISE REGIONAL

Luiz Roberto Pecoits Targa*

Seria necessário começar parafraseando Áurea Breitbach. Na minha vida, sempre estive muito longe e muito perto de Elizabeth Souza Lobo. Elizabeth foi uma das criaturas que mais me impressionou. Dedico este comentário à memória da sua delicadeza, da sua tolerância, da sua simpatia e do seu respeito pelas outras pessoas. Perdi, com a sua morte, uma das minhas referências humanas mais importantes.

Estamos propondo uma linha de pesquisa em estudos regionais comparados. Essa linha de pesquisa tem por objetivo a análise de temas referentes ao processo de acumulação que se realiza no Rio Grande do Sul visto desde o ângulo comparativo com outras regiões do País. A linha de pesquisa persegue, assim, as alterações na divisão territorial do trabalho no Brasil. Neste comentário, o nosso propósito é discutir a utilização dos princípios do método comparativo quando aplicado às realidades regionais brasileiras. Assim, desde logo, é necessário explicitar, sinteticamente, os nossos pontos de vista mais gerais sobre análise regional comparada:

- dentro de um país, uma região só pode existir, e, portanto, ser tratada como tal, se ela se particularizar em um elenco de questões, tais como: sua economia, sua sociedade, sua cultura, sua formação histórica; em suma, uma região só existe se ela se **diferenciar** de outras;
- a análise de uma região tratada no seu isolamento e no seu "absoluto" carece de sentido; uma análise de desenvolvimento regional só consegue explicitar as peculiaridades desse desenvolvimento desde um ponto de vista comparativo; essa comparação deve ser realizada com, pelo menos, uma outra região do país;
- ao diferenciarem-se, as regiões de um país hierarquizam-se desde pontos de vista diversos, tais como o político e o econômico, separando-se em "centrais" e "periféricas"; a escolha de "outra" região para a realização da análise comparativa,

* Economista da FEE.

se uma região "central" ou uma "periférica", depende da natureza dos temas que serão investigados;

- a comparação entre uma região e o todo "nacional" carece de precisão, embora seja um passo analítico de extrema importância;
- a análise de uma região "central" tomada em seu "absoluto" levou, no caso brasileiro, a que se tomassem as realizações dessa região pelas do todo "nacional", tal como já foi freqüentemente assinalado, entre outros, por exemplo, por Sandra Pesavento (1988, p.18). Isso viesou a narrativa da história econômica, pois apresentou como história da industrialização do Brasil o processo atravessado somente por São Paulo, como se ele tivesse sido o único, quando não foi senão o mais "forte", o que nos parece diferente;
- indicamos, por fim, que as análises regionais efetuam geralmente comparações, pelo menos implícitas, que se infiltram no discurso produzido, como foi bem apontado por Graham (1983, p.223), ao comparar o sul escravista dos Estados Unidos com a região cafeeicultora do Brasil e ao mostrar que as avaliações de um sul atrasado só faziam sentido na comparação implícita com o norte dos Estados Unidos e não com a região cafeeicultora. Nós apontamos, assim, a exigência de explicitação das comparações.

Dada a complexidade que envolve a análise regional comparada, os estudos que integram essa linha de pesquisa devem incorporar três dimensões de análise, a saber: a histórica, a econômica e social e a política.

Desde que não acreditamos na fertilidade de estudos regionais que não contemplam a evolução das estruturas ao longo do tempo histórico (conceito de formação econômica e social enquanto articulação de modos de produção), essa linha de pesquisa incorpora a dimensão temporal da longa duração.

Na dimensão econômica e social, constituem temas pertinentes a análise das relações de produção na acumulação de capital (na indústria e na agricultura), assim como a evolução das relações de distribuição da propriedade e da renda. Nessa dimensão, é importante, sobretudo, que os estudos abordem as questões das relações de classe.

Uma terceira dimensão dos estudos que integram a linha de pesquisa obriga a exploração de temas vinculados às relações que se estabelecem entre a sociedade civil e o Estado (sociedade civil não restrita ao espaço das relações de produção), pois entendemos que as transformações da sociedade civil brasileira são incompreensíveis fora dessa relação.

Tendo presente que os temas explorados pela linha de pesquisa se inserem na longa duração, que se aplicam sobre sociedades regionais submetidas ao método comparativo, vamos, então, discutir seus princípios e sua aplicação ao caso brasileiro.

Assinalamos, em primeiro lugar, que a utilização do método comparativo em história busca, em geral, as semelhanças. Uma vez que, para nós, são as diferenças que interessam, torna-se necessário comentar nossas divergências e concordâncias na utilização do método comparativo em relação às proposições de Marc Bloch (1983, p.16-40), expostas no artigo de 1928 *Por uma História Comparada das Sociedades Européias*. Vamos apresentar, em seguida, os pontos de vista de Marc Bloch.

Marc Bloch assinala que, em história, a comparação consiste em "(...) fazer a escolha, em um ou mais meios sociais diferentes, de dois ou mais fenômenos que pareçam, à primeira vista, apresentar entre si certas analogias, descrever as curvas de suas evoluções, constatar as semelhanças e as diferenças e, dentro do possível, explicar umas e outras" (Bloch, 1983, p.17).¹ Bloch acrescenta, logo a seguir, que duas condições são necessárias para haver comparação em história: "(...) uma certa similitude entre os fatos observados e uma certa dessemelhança entre os meios onde eles foram produzidos" (Bloch, 1983, p.17). É importante reter esses dois aspectos: meios sociais diferentes onde se apresentam fenômenos que são, pelo menos aparentemente, análogos. A analogia, a semelhança, é o que nos aparece como o principal e inicial passo metodológico na proposição da análise comparativa de Bloch.

Em seguida, Bloch distingue dois casos de aplicação do método na história: o primeiro é um fenômeno análogo que se apresenta em meios sociais distantes no tempo e no espaço; e o segundo é o que nos interessa de perto, onde o fenômeno é buscado em sociedades sincrônicas, vizinhas no espaço, com uma ou mais origens comuns (Bloch, 1983, p.19). Neste último caso, então, a análise permitiria, também, a identificação das influências exercidas por um meio social sobre o outro (Bloch, 1983, p. 19 e 23), passo analítico que será importante no desenrolar da nossa análise regional comparada.

O privilegiamento dado por Bloch ao momento da analogia na análise comparativa é reforçado ao longo do seu ensaio e pode ser exemplificado quando Bloch examina o caso da presença do fenômeno das "enclosures" na história da Inglaterra e sua ausência na historiografia francesa. Ele afirma a existência do fenômeno na França e assinala que:

"(...) nós estamos muito longe ainda de poder apreciar sua magnitude e, mais distantes ainda, de formar uma consciência suficientemente clara das diferenças que apresentaram, nesse aspecto, as evoluções das sociedades francesa e inglesa, ao mesmo tempo semelhantes e divergentes. Mas, por agora, deixemos de lado esta última consideração; a percepção dos contrastes não vem, no bom método comparativo, senão em segundo lugar (...)" (Bloch, 1983, p.21).

A ênfase dada por Bloch à identificação das similitudes torna-se evidente nessa passagem, assim como a subordinação do momento analítico dos contrastes.

Na defesa do momento analógico, Bloch é levado a refutar as críticas feitas ao uso do método comparativo no sentido de limitar-se a buscar analogias forçadas e no de inventar paralelismos entre as evoluções dos fenômenos estudados (Bloch, 1983, p.27).

¹ Assinalamos, de passagem, que Bloch deve ter incorrido em um lapso de linguagem ao exprimir "um ou mais meios sociais diferentes"; sugerimos que se leia, nessa expressão, "dois ou mais meios sociais diferentes". Pelo menos as exemplificações que Bloch desenvolve ao longo do seu ensaio anotam nessa direção.

E é só então que Bloch aborda o momento dos contrastes para rebater aquela "méchante caricature" do método comparativo, dizendo que:

"(...) justamente concebido, ele /o método comparativo/ dedica, ao contrário, um interesse especialmente vivo à percepção das diferenças, sejam elas originais, sejam elas o resultado de trajetórias divergentes a partir de um mesmo ponto de partida (...) Determinar não somente na generalidade que dois objetos não são parecidos, mas mais ainda — tarefa infinitamente mais difícil, mas também mais interessante — por quais caracteres precisos eles se distinguem (...)" (Bloch, 1983, p.27).

O momento do exame dos contrastes é assim apresentado secundariamente, de maneira subordinada e sucessiva ao momento analítico da analogia.

Na análise comparativa entre regiões que estamos propondo é o momento do contraste e não o da analogia que será privilegiado. Para nós, os meios sociais diferentes são as regiões, e, tal como em Bloch, partiremos de um mesmo fenômeno, mas que será escolhido por razões de natureza teórica. Dada a presença do fenômeno nas regiões em estudo, veremos que esse mesmo fenômeno não somente toma formas diferentes nas regiões em confronto como se torna constituinte dos contrastes produzidos entre as sociedades regionais. Assim, tomando um exemplo colhido na "formação da sociedade brasileira em geral", veremos que um mesmo fato social — a imigração européia do século XIX — se apresentou de forma diferente na região do café e no Rio Grande do Sul e que, ao mesmo tempo, se tornou um elemento produtor das diferenças entre as sociedades dessas regiões.

No nosso estudo, o ponto de partida comum às sociedades submetidas à comparação foi constituído pelo Império Colonial Português, e a nossa análise privilegia o momento dos contrastes, ou seja, o da identificação e, dentro do possível, o da explicação das diferenças existentes entre essas sociedades regionais. Pensamos que é o campo social sobre o qual o método será aplicado, assim como a natureza do problema investigado, que pode determinar o momento que será privilegiado na análise comparativa. Diferentemente de Bloch, o nosso momento mais importante na comparação é o dos contrastes e não o das analogias.

É possível tecermos algumas considerações em torno do privilegiamento que Bloch dá ao momento analógico. É François Dosse (1987) quem nos fornece elementos para contextualizar as propostas analíticas de Marc Bloch e, por extensão, as dos *Annales*. Ele aponta os efeitos dos traumatismos causados pela Guerra de 1914-18 como o envelope maior que norteou a intelectualidade francesa do Pós-Primeira Guerra, assim como afirma que a aspiração de superar o discurso das histórias político-militares, nacionalistas e chauvinistas, produzidas em consequência da derrota da França em 1870, foi um dos combates mais sistemáticos levados a efeito pelos historiadores dos *Annales*. A geração dos historiadores dos *Annales* erguia-se contra um tipo de história, a história-batalha, que não somente não pôde evitar a guerra como foi um instrumento de promoção da mesma (Dosse, 1987, p.15).

Vejam, então, algumas das características desse tipo de história contra a qual os historiadores dos *Annales* se bateram. François Dosse informa que a idéia nacional atravessava e dominava a análise histórica francesa do final do século XIX (Dosse,

1987, p.29); que ela era produzida dentro do próprio aparelho de Estado francês, constituindo-se mesmo num espelho deste (Dosse, 1987, p.29 e 30); que ela possuía como objetivo soldar a união dos franceses em torno da idéia de pátria (Dosse, 1987, p.31); que a história era sobretudo instrução cívica (Dosse, 1987, p.33) e que servia para preparar os franceses para a guerra contra a Alemanha, com a finalidade de recuperar a Alsace-Lorraine (Dosse, 1987, p.34); enfim, que a história era um preâmbulo à mobilização geral (Dosse, 1987, p.34). Esse tipo de história era, assim, uma história que separava os povos, opondo-os uns aos outros. Dessa forma, parece-nos que o humanismo de Bloch foi buscar o que aproximava os povos da Europa e não o que os dividia e os distinguia. Sob esse ponto de vista, ao mobilizar-se contra a história-batalha nacionalista e inserido no contexto Pós-Primeira Guerra, parece aceitável que se impusesse o momento analógico na sua proposta de análise comparativa das sociedades européias.

O texto de Bloch aponta entre os principais parâmetros metodológicos os desenvolvimentos do método comparativo pela análise lingüística. Existe uma única referência muito elogiosa à Durkheim (Bloch, 1983, p.30). No entanto Dosse indica que os desenvolvimentos críticos face à história tradicional, realizados pela escola sociológica, foram um dos mais poderosos determinantes da construção da nova concepção de história que se concretizou nos *Annales* (Dosse, 1987, p.19-21). Essa filiação intelectual vem reforçar o privilegiamento do momento analógico, já que o que essa sociologia propunha era a busca das regularidades, das "leis", e não mais a consagrada singularidade dos fatos históricos apresentados pela história oficial francesa. Seguindo essa orientação, o momento crucial do método comparativo seria, obrigatoriamente, o analógico.

E mais, Bloch era um medievalista que lutava pela síntese histórica e para quem, obviamente, as fronteiras políticas dos Estados-Nação europeus do século XX se constituíam num sério anacronismo e se tornavam freqüentemente um obstáculo à produção do conhecimento histórico, chegando mesmo a deformá-lo completamente (Bloch, 1983, p.37). A análise de determinados fenômenos europeus não poderia realizar-se nos tradicionais quadros definidos pelas fronteiras nacionais. Por isso Marc Bloch foi levado a sugerir uma definição geográfica para o exame de cada aspecto estudado na história européia (Bloch, 1983, p.37).

Pensamos, enfim, que não é por acaso que esse texto metodológico de Marc Bloch, a favor de uma história comparada das sociedades européias, se encerre com uma longa argumentação pela unificação das pesquisas, das questões, dos conceitos e da própria terminologia histórica, para tornar possível a história comparada dessas nações. E, na última página, Bloch manifesta-se explicitamente pela **reconciliação dos povos através da história** e termina seu ensaio com um apelo: "(...) cessemos, por favor, de brigar eternamente, de história nacional em história nacional, sem nos compreendermos (...)" (Bloch, 1983, p.40). Para nós, esse fechamento que Bloch dá ao seu texto mostra que o privilegiamento do momento analógico na sua proposição metodológica possui também as raízes mais gerais que apontamos, que estas constituem, por assim dizer, o pano de fundo ambiental das preocupações do autor.

Acreditamos haver identificado algumas das razões que impulsionaram Bloch ao privilegiamento do momento analógico na análise comparada, ou seja, seus combates

contra a história nacionalista e pelo reconhecimento pelas nações européias de seu patrimônio histórico comum; a influência da escola de Durkheim e os problemas colocados pelas fronteiras dos Estados-Nação para o exercício de sua especialização em história medieval. Por fim, pensamos que ficou evidente que a proposta metodológica tinha a ver com a união de povos divididos, separados, diferenciados.

No entanto, no nosso caso, o que se faz necessário é identificar as diferenças, as contribuições e as influências mútuas dessas histórias regionais para a construção da história do Brasil, totalização sempre em processo, mas que, economicamente, não superou os isolamentos regionais, senão quando da integração do mercado interno nos meados do século XX. Nesse sentido, é a busca do desenvolvimento dos contrastes que pode indicar as diferenças nas trajetórias históricas dessas regiões e as desigualdades a que chegaram.

Mas existe também uma outra razão mais "vaga", mais difícil de precisar e de identificar. A "formação social brasileira em geral", precária e inconsistente, desenvolveu um tipo de nacionalismo que impregnou a narração histórica. Pensamos que no contexto brasileiro é difícil aceitar uma separação regional das histórias do País, uma vez que este continua a braços com a construção da sua nacionalidade, da sua cultura nacional, e que os historiadores são membros ativos dessa construção. É possível que essa idéia pareça uma heresia, mas nem mesmo no Rio Grande do Sul se coloca em dúvida, senão por raras exceções (Leitman, 1979, p.10) a "vocalização brasileira" da nossa história regional. Podemos estar sendo injustos com os historiadores, pois pensamos que o "Estado-Nação brasileiro" foi um pressuposto, pelo menos inconsciente, na escrevinhação das nossas histórias, sejam as regionais, seja a "nacional". Ora, o Estado-Nação é uma ficção importada, que não contém senão o primeiro termo que é quem, no caso brasileiro, ainda hoje, continua inventando o segundo. Por certo, estamos forçando as cores, mas a produção do conhecimento histórico no Brasil fez-se, em algum sentido, como um processo finalístico, onde o ponto de chegada das histórias regionais foi sempre a sua totalização no seio do Estado brasileiro ou da "formação social brasileira em geral". Pensamos que não é bem assim. Fomos e ainda somos, para vastos espaços geográficos e sociais do País, uma multidão de "nações", de pequenas nações, que vão sendo integradas, principalmente pela ação do Estado capitalista, num movimento de totalização histórica, de unificação. Mas houve períodos em que a história não era assim. Por isso estamos propondo esse gênero de análise.

O nosso movimento é, desse modo, oposto àquele realizado por Marc Bloch, quando buscou o patrimônio comum que poderia unificar os europeus. Nós estamos buscando o que separou, aquilo que distinguiu as sociedades regionais brasileiras. É como se pensássemos que, no Brasil, a urgência da construção do "nacional" tivesse pilhado as histórias regionais e que os próprios historiadores regionais as pilhassem, aqui, sim, tudo sacrificando no altar da pátria, da nação. Nossa crítica é ingênua; os historiadores não poderiam fazer de outra forma, se pensarmos que a produção do conhecimento não pode ser autonomizada em relação ao meio social e aos problemas que a história coloca para os homens naquele momento, ou seja, as questões por resolver dentro do ambiente onde estão mergulhados os historiadores. Uma vez que era o momento da fabricação do Estado burguês, não poderia ter sido diferente. O problema era colocado pela construção do Estado capitalista, e a solução era a da criação de sua

"nacionalidade" correspondente. A idéia de nação não era um pressuposto que pudesse ser posto em questão, ao contrário, a produção do conhecimento histórico fazia-se no sentido de tornar a nação uma realidade, de concretizá-la. É bastante possível, também, que um ponto de vista desse tipo só possa ser concebido numa região de passado com "vocação separatista". Mas esse é um aspecto que deve ser criticado pelos analistas do próprio Rio Grande do Sul e pelos de outras regiões.

Bibliografia

- BLOCH, Marc (1983). Pour histoire compar e des sociétés européennes. In: BLOCH, Marc. *Mélanges historiques*. Paris, Serge Fleury e Editions de l'EHESS, Tome 1.
- DOSSE, François (1987). *L'histoire en miettes: des "Annales"   la "nouvelle histoire"*. Paris, La Decouvert.
- GRAHAM, Richard (1983). Escravidão e desenvolvimento econ mico: Brasil e sul dos Estados Unidos no século XIX. *Estudos Econ micos*, São Paulo, USP/IPE, 13(1):1-296, jan./abr.
- LE GOFF, Jacques (1990). A história nova. In: LE GOFF, Jacques, dir. *A história nova*. São Paulo, Martins Fontes.
- LEITMAN, Spencer L. (1979). *Raízes sócio econ micas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro, Graal.
- PESAVENTO, Sandra J. (1988). *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, RS 1889-1930*. Porto Alegre, Mercado Aberto.